

PROJETO PEDAGÓGICO

INSTITUCIONAL

Santa Inês, Março, 2010

DIRETOR GERAL

NATANAILDO BARBOSA FERNANDES

CHEFE DE GABINETE

EMERSON DOS SANTOS NUNES

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (DDE)

FRANCISCO REGILSON SOUZA

COORDENADORA GERAL DE ENSINO

ARLENE LUTTIGARDS DE OLIVEIRA VAZ SAMPAIO

COORDENADOR GERAL DE PRODUÇÃO E PESQUISA

ANTONIO ALCYONE OLIVEIRA DE SOUZA JÚNIOR

COORDENADOR GERAL DE ATENDIMENTO AO EDUCANDO

ÂNGELO FRANCISCO DE SOUZA ANDRADE

SUPERVISORA PEDAGÓGICA

ROSÂNGELA LIMA DE NEVES RODRIGUES

ORIENTADORA EDUCACIONAL

NELIAN COSTA NASCIMENTO

TÉCNICA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

JANETE BATISTA ROCHA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

JADSON LUIZ SIMÕES ROCHA

COORDENADOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EDISON BISPO DOS SANTOS

COORDENADOR GERAL DE RECURSOS HUMANOS

ROSILENE ALVES DE ALMEIDA

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. PRINCÍPIOS E PERFIL INSTITUCIONAL DO IF SANTA INÊS	6
2.1. SÍNTESE HISTÓRICA	6
2.2. INSERÇÃO REGIONAL	8
2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
2.4. MISSÃO	12
2.5. PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO	12
2.6. FINALIDADES	13
2.7. OBJETIVOS GERAIS	13
2.8. ÁREA(S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	14
2.9. DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CURSOS OFERTADOS	15
2.10. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	16
2.11. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	17
2.12. RELAÇÕES E PARCERIAS	18
3. POLÍTICAS DE ENSINO	19
3.1. DIRETRIZES PARA O ENSINO	19
4. POLÍTICAS DE PESQUISA	20
4.1. DIRETRIZES PARA A PESQUISA	21
5. POLÍTICAS DE EXTENSÃO	23
5.1. DIRETRIZES PARA A EXTENSÃO	23
5.2. ARTE E CULTURA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL	23
6. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	24
6.1. FORMAS DE ACESSO	24
6.2. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	25
6.3. PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO/ESTÍMULO À PERMANÊNCIA	25
6.4. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	26
7. POLÍTICA E DIRETRIZES PARA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-PEDAGÓGICA	26
7.1. PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	26
7.2. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	27
7.3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	28
7.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	30
7.5. ESTÁGIO E PRÁTICA PROFISSIONAL	31
7.6. PRODUÇÃO ACADÊMICA, TECNOLÓGICA E CULTURAL	31
8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	33
8.1. AUTOAVALIAÇÃO	33

1. APRESENTAÇÃO

O documento ora apresentado constitui-se na versão consolidada do Projeto Político Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Santa Inês após ampla discussão coletiva e aprovação devida dos órgãos colegiados.

O processo de consolidação do referido documento foi desenvolvido, gradativamente, envolvendo as mais diversas instâncias de discussão. Esta versão final, expressa o esforço coletivo da comissão de elaboração na pessoa dos seus representantes.

Neste sentido, tal documento afirma-se como um documento vivo, pois que envolve e significa a representação do exercício reflexivo da comunidade acadêmica e posiciona-se em estado de contínua construção e reconstrução, consolidando-se como instrumento político e pedagógico

Vasconcelos (1995, p.143) define o PPI como “(...) um instrumento teórico-metodológico que visa a ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica, e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola”.

O PPI é, pois, um documento que estabelece a identidade institucional ao delinear e informar as políticas, princípios e diretrizes destinadas à orientação acadêmico-pedagógica e política do Instituto Federal Baiano, Campus Santa Inês. O desdobramento das suas proposições indica, também, para o estabelecimento da identidade institucional e das formas de interlocução que manterá com a sociedade e vice-versa.

Para sua elaboração teve-se, como referencial, a Constituição Federal vigente, Art. 206, que trata dos princípios nos quais o ensino será ministrado; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394 de 1996 e Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008 que a altera; os Decretos, Resoluções e Pareceres emanados do Conselho Nacional de Educação (CNE); As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e as demais normas legais aplicáveis.

Um Projeto Político Pedagógico bem sucedido, comprometido com a dimensão humana e pedagógica, somente poderá ser implementado pelo diálogo constante entre os partícipes. Sua legitimidade passa pela colaboração de todos para favorecer sua concretização. Esse é nosso desafio!

Para realizar este projeto, o empenho e compromisso de todos os segmentos do Instituto foram significativos, para estabelecer uma franca comunicação com o texto que se apresenta. Conforme preconiza o PDI – Campus Santa Inês, isto implicará construir o Instituto Baiano com o ideário comum para o cumprimento de sua missão institucional, firmemente comprometido com a equidade, justiça social e a cidadania.

Equipe elaboradora

2. PRINCÍPIOS E PERFIL INSTITUCIONAL DO IF SANTA INÊS

2.1. SÍNTESE HISTÓRICA

A Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês foi criada pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, publicada no DOU de 01 de julho de 1993, transformada em Autarquia pela Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, com autorização de funcionamento do Estabelecimento através da Portaria nº 51 de 12 de julho de 1999 da SEMTEC, transformada em INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - CAMPUS SANTA INÊS pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Publicada no DOU de 30 de dezembro de 2008, com autorização de funcionamento da Unidade de Ensino através da Portaria MEC nº 04, de 06 janeiro de 2009, Publicada no DOU de 07 de janeiro de 2009.

Consolidado como Instituição a partir da integração das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia e das Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira).

Em 23 de setembro de 2008, iniciaram-se as festividades de comemoração do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cuja história teve como marco a assinatura, em 23 de setembro de 1909, do Decreto-Lei nº 7.566, pelo então Presidente Nilo Peçanha, que criou inicialmente em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “*Escolas de Aprendizes Artífices*”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.

Em 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, as Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a ser vinculadas ao órgão com a efetiva missão de definir políticas públicas para a área da educação. As atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, foram transformadas em *Centros Federais de Educação Tecnológica*, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982.

Ressalte-se que o Art. 3º da Lei 8.948/94, em seu § 4º garantia que: as Escolas Agrotécnicas, integrantes ao Sistema Nacional de Educação Tecnológica, poderão ser transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica após processo de avaliação de desempenho a ser desenvolvido sob a coordenação do Ministério da Educação e do Desporto. Pode-se concluir acerca dessa lei que, com relação às políticas públicas definidas

para o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, a mesma trouxe grandes avanços nesse aspecto.

Em 2005, com a construção de mais 64 novas unidades de ensino, foi lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

No ano 2007, através do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, foram estabelecidas as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, objetivando a constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). O próprio decreto estabeleceu que a implantação dos Institutos Federais (IFs) ocorreria mediante aprovação de lei específica, após conclusão, quando coubesse, do processo de integração de tais instituições, na forma desse dispositivo legal.

Nesse mesmo íterim, foi lançada a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 (cento e cinquenta) novas unidades, totalizando 354 (trezentos e cinquenta e quatro) unidades, até o final de 2010, atendendo assim a todas as regiões do país, com oferta de cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está fundamentada numa história de construção sócioeducacional que se aproxima de um século de existência, tendo iniciado suas atividades como instrumento de política voltado para as “classes desprovidas” e, hoje, configura-se como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Esse é o elemento diferencial que está na gênese da constituição de uma identidade social particular para os agentes e instituições envolvidos neste contexto, cujo fenômeno é decorrente da história do papel e das relações específicas que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece com a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho, através da vinculação da educação profissional e tecnológica à elevação de escolaridade do jovem e adulto trabalhador.

Além da integração das Instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica, está prevista a inserção das escolas criadas e mantidas pela Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura.

As atividades das EMARCs (Escolas Médias de Agropecuária Regional da CEPLAC) foram iniciadas em 1965, a partir da criação da unidade EMARC – Uruçuca - BA, tendo ocorrido a ampliação da rede entre os anos de 1965 e 1980, em decorrência do precário sistema educacional, vivenciado pelas populações vinculadas ao agronegócio.

Coube à EMARC, inicialmente, servir como Centro de Treinamento de Mão-de-obra e de Formação de Nível Médio, a fim de atender as necessidades da agropecuária do Sul da Bahia, juntamente com Programas de Pesquisa Agrícola e de Extensão Rural da CEPLAC, instrumentos importantes para o desenvolvimento da então incipiente estrutura socioeconômica da Região Cacaueira Baiana.

De 1965 a 1980, a EMARC cresceu e transformou-se num importante Centro de Ensino Técnico Agropecuário e Industrial e de Formação Profissional Rural, de reconhecimento para a qualificação de trabalhadores.

Com o crescimento da demanda por técnicos e trabalhadores qualificados para atuarem nas regiões cacaueiras do país, o Governo do Estado da Bahia, em articulação com o Conselho Deliberativo da CEPLAC e o Ministério da Agricultura, firmou, em 11 de abril de 1980, contrato de comodato, transferindo a responsabilidade administrativa, pedagógica e financeira das Unidades Escolares Polivalentes, localizadas nas cidades de Itapetinga, Teixeira de Freitas e Valença, para a Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira.

2.2. INSERÇÃO REGIONAL

A Bahia é uma das 27 Unidades Federativas do Brasil situadas ao sul da região Nordeste, ocupando uma área de 564.692,7 Km². A população é composta por 13.950.146 habitantes, com densidade de 24,7 hab./km² (SEI/IBGE, 2006). O crescimento demográfico é da ordem de 1,1% ao ano (1991-2006), com população urbana da ordem de 67,6% (SEI/IBGE, 2004).

A economia baiana apresentou em 2006, pelo 4º ano consecutivo, uma expansão favorável no indicador que mede o nível de sua atividade interna. A taxa de crescimento atingiu 4,0%, como reflexo direto do bom desempenho registrado em, praticamente, todos os setores econômicos da Bahia. Com isso, a soma de todas as riquezas produzidas no Estado atingiu o patamar de R\$ 96 bilhões.

Cabe mencionar que, ao longo dos últimos quatro anos, a economia baiana sempre apresentou um crescimento do PIB maior do que o registrado para o Brasil (SEI/IBGE, 2006).

Com relação à educação na Bahia, onde, há pouco tempo, o Ensino Superior federal reduzia-se, unicamente, à Universidade Federal da Bahia (UFBA), iniciativas recentes ampliaram a participação da União na educação superior da Bahia com a criação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e pela expansão da própria UFBA, em Vitória da Conquista e Barreiras. Soma-se à expansão federal da educação superior a participação mantida pela administração estadual com as Universidades Estaduais de Feira de Santana (UEFS), do Sudoeste Baiano (UESB), de Santa Cruz (UESC) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), presente em 24 (vinte e quatro) municípios. Desta forma, totalizam 38 (trinta e oito) municípios com educação superior pública federal e estadual.

É nesse contexto de ampliação da educação pública superior, corroborado pela criação dos IFs, que, tendencialmente, o baixo percentual hoje em torno de 5 a 6% de jovens na faixa etária que vai dos 17 aos 24 anos de idade, cursando o Ensino Superior na Bahia, cuja população é de 13 milhões de habitantes, poderá ser alterado positivamente (BOAVENTURA, 2008).

Conclui-se, portanto, que o IF Baiano responderá com a ampliação da oferta de cursos de graduação, tecnólogo, licenciaturas e engenharias, abrindo novas perspectivas para a juventude baiana.

O IF Baiano atuará inicialmente nas áreas onde estão localizados os *Campus* (Figura 1), podendo estender-se a todo território baiano com a implementação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, lançado em abril de 2007, como política do Plano de Desenvolvimento da Educação (MEC, 2007).

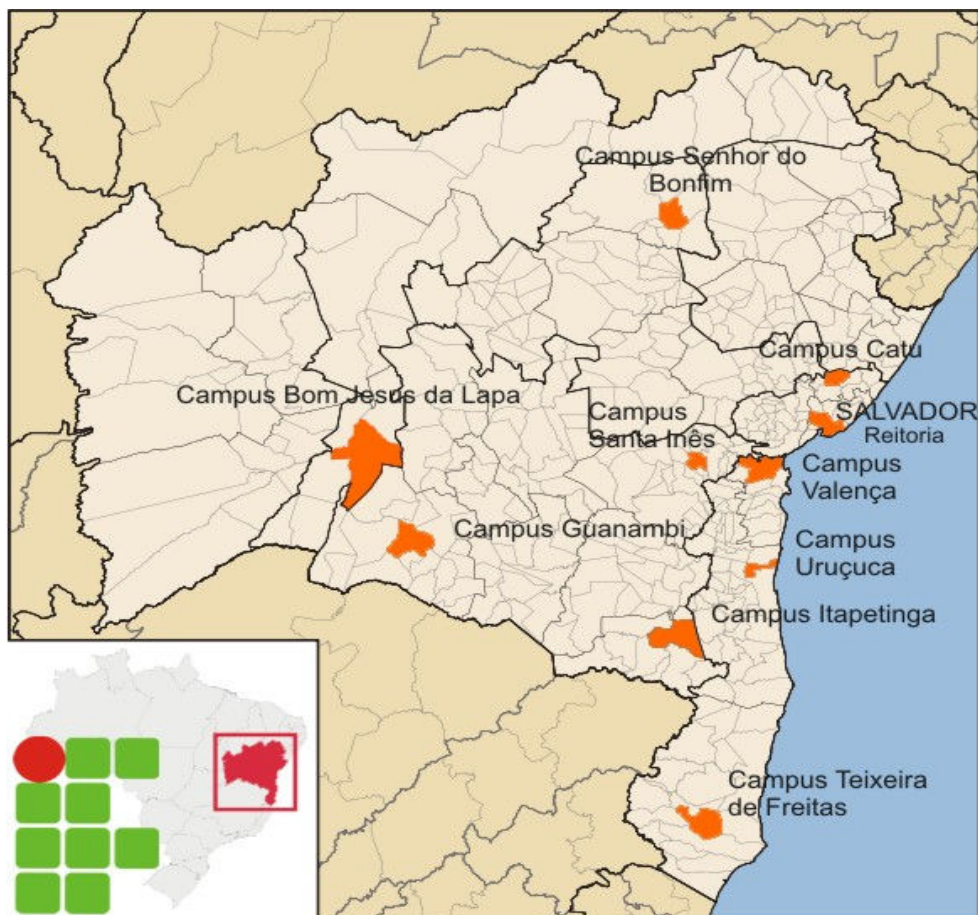


Figura 1: Localização dos *Campus* do IF Baiano

Marco Situacional do Campus de Santa Inês

A sede do IF Baiano Campus - Santa Inês fica localizado no município de Santa Inês com área total de 356 Km². Historicamente, o distrito de Santa Inês foi criado pela Lei Estadual nº 251, de 17 de junho de 1898, figurando nos quadros de apuração do recenseamento de 1920, subordinado ao município de Areia (atual Ubaíra).

Por força da Lei Estadual nº 1714, de 22 de julho de 1924, foi criado o município de Santa Inês, ocorrendo sua instalação a 26 de outubro do mesmo ano. A sede recebeu foros de cidade pela Lei Estadual nº 1944, de 18 de maio de 1927.

Segundo as divisões territoriais de 1936 e 1937, como também pelo quadro anexo ao Decreto-Lei Estadual nº 10724, de 30 de março de 1938; o município de Santa Inês compõe-se de três distritos: Santa Inês, Olhos d'Água e Lagoa Queimada, observando-se o mesmo no quadro territorial em vigor no quinquênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto

Estadual nº 11039, de 30 de novembro de 1938, onde o distrito de Olhos d'Água aparece com a nova denominação: Igatiquira.

Em virtude do Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial para vigorar no quinquênio 1944-1948, o município de Itaquara foi extinto e seu território anexado como distrito ao município de Santa Inês. Desse modo, Santa Inês figura com quatro distritos: Santa Inês, Igatiquira, Irajuba (ex-Lagoa Queimada) e Itaquara. Todavia o Decreto estadual nº 12978, de 01 de junho de 1944, que retificou o Decreto-Lei Estadual nº 141, restaurou o município de Itaquara, voltando Santa Inês a possuir três distritos.

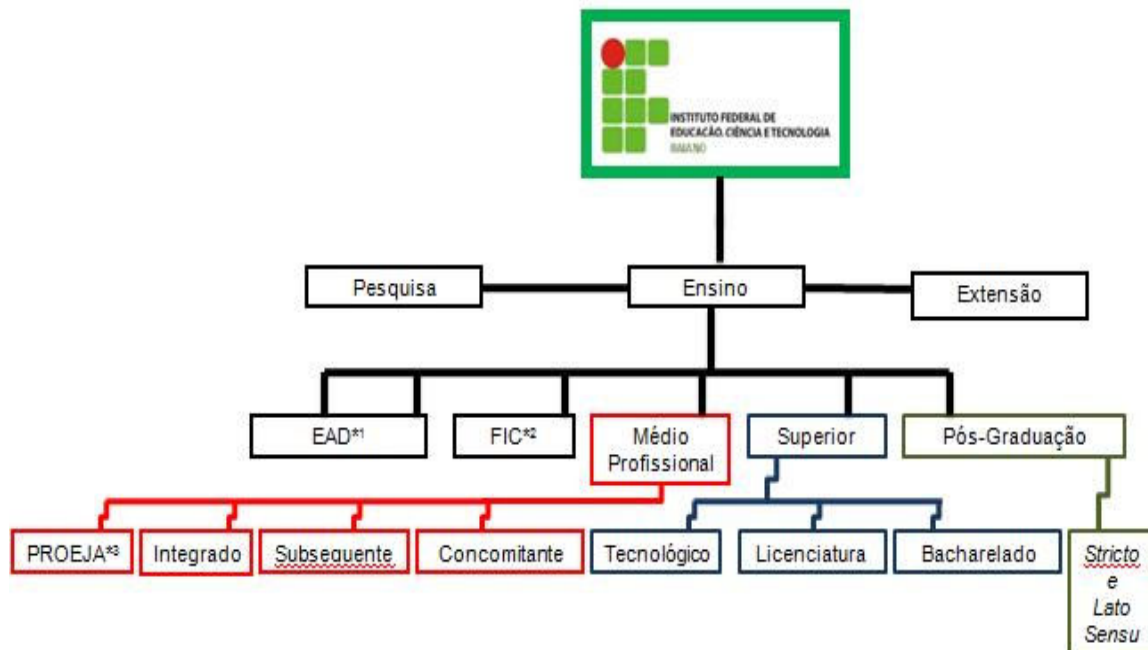
Sua composição administrativa, atualmente, possui apenas o distrito-sede: Santa Inês.

De acordo com dados do Censo 2007 (IBGE) a População da cidade com pessoas residentes é de 10.564 habitantes, portanto um município pequeno.

De acordo com a mesma fonte, foram registrados, em 2008, neste mesmo município, 890 matrículas no Ensino Médio e 58 docentes aptos a lecionar no Ensino Médio¹. Municípios do entorno, como os que compõem o Vale do Jequiriçá tem uma realidade muito semelhante. Por estas informações, percebe-se que o IF Baiano está localizado numa região de bastante carência socioeconômica e educacional. A expectativa é que a abertura de cursos de nível superior seja uma grande oportunidade de crescimento e investimento para a região.

¹ Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2008-Base de dados IBGE (2009)

2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Legenda:
EAD*1= Ensino à Distância
FIC*2= Formação Inicial Continuada
PROEJA*3= Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

2.4. MISSÃO

Oferecer educação profissional de qualidade, pública e gratuita; em todos os níveis e modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania; contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão.

2.5. PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O perfil de formação pretendido pelo IF Baiano contempla a capacidade para exercer atividades referentes à sua profissão com forte embasamento teórico-científico, humanístico, crítico e reflexivo pautado em princípios éticos, a partir da compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, numa relação de reciprocidade, utilizando diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos.

2.6. FINALIDADES

I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da Educação Básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência, na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação científica;

VI - qualificar-se, como centro de referência, na oferta do ensino de ciências; com capacitação técnica atualizada aos docentes, prioritariamente, da rede pública;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente voltadas à preservação do meio ambiente.

2.7. OBJETIVOS GERAIS

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científico e tecnológico;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação **lato sensu** de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação **stricto sensu** de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vista ao processo de geração e inovação tecnológica.

2.8. ÁREA(S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, como uma rede social de educação profissional e tecnológica, atuará de forma mais abrangente e eficaz nas demandas crescentes por formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, em sintonia com os arranjos produtivos locais, como forma de efetivar o seu compromisso social.

O IF deverá atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador. Para manifestar esse compromisso, este Instituto assegurará a vinculação de um mínimo de 50% das vagas para os cursos de educação profissional técnica de nível médio, preferencialmente, integrada ao ensino médio, de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e de cursos profissionalizantes para atendimento ao PROEJA, visando a incorporar, antes de tudo, setores sociais que, historicamente, foram excluídos do processo de democratização do conhecimento.

Além disso, no mínimo, 20% das vagas ofertadas deverão ser destinadas aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, objetivando a formação de professores e especialistas para as disciplinas científicas do Ensino Médio e da educação profissional. Concomitantemente, serão destinadas, ainda, 30% das vagas para cursos de tecnólogo, graduação e pós-graduação.

A proposta curricular do IF Baiano não se limitará às ofertas da formação puramente acadêmica, estende para uma construção formativa que busque a perspectiva da transversalidade. Na sua arquitetura curricular, está assegurada a flexibilidade de itinerários de formação que permitam um diálogo rico, diverso em seu interior, à integração dos diferentes níveis de Educação Básica e do Ensino Superior, da educação profissional e tecnológica, além de propiciar a educação continuada e a verticalização do ensino.

Nesta proposta, agregam-se à formação acadêmica a preparação para o trabalho e uma educação profissional e tecnológica contextualizada, baseada em conhecimentos, princípios e valores que potencializem a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

2.9. EDUCAÇÃO BÁSICA: CURSOS OFERTADOS

O Campus Santa Inês oferece os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nos Eixos Tecnológicos de: Recursos Naturais, Produção Alimentícia e Informação e Comunicação, buscando atender às necessidades específicas da região, possibilitando, aos alunos, inserção e recolocação no mercado de trabalho: Conforme regulamentação, tais eixos desdobram-se em cursos específicos, a saber:

Eixo Tecnológico de Recursos Naturais:

Curso Técnico em Agropecuária (integrado) com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 03 de 05 de dezembro de 2005, do CONSELHO DIRETOR DA

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA INÊS, publicada no DOU em 06 de dezembro de 2005.

Curso Técnico em Zootecnia (integrado) com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 03 de 05 de dezembro de 2005, do CONSELHO DIRETOR DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SANTA INÊS, publicada no DOU em 06 de dezembro de 2005.

Eixo Tecnológico de Produção Alimentícia:

Técnico em Alimentos (integrado ao Ensino Médio e PROEJA): Resolução nº 06 de 08 de março de 2010, do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, publicada no DOU em 09 de março de 2010.

Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação:

Curso Técnico em Informática (subsequente) com autorização de funcionamento por meio da Resolução nº 01 de 15 de julho de 2009, do CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO, publicada no DOU em 30 de setembro de 2009.

2.10. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano propõe-se a desenvolver suas atividades, sob a perspectiva da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de um cidadão, imbuído de valores éticos, que, com sua competência técnica, atue positivamente no contexto social. Além disso, por ser uma instituição pública e gratuita, está aberta aos mais amplos setores sociais e suas ações, sempre pautadas nos valores democráticos e acadêmicos, bem como alicerçada na produção do conhecimento.

A educação atual é desafiada pelos avanços tecnológicos e pelos anseios da sociedade, principalmente os relacionados à demanda de novas tecnologias, melhorando as formas pelas quais o conhecimento pode ser produzido, administrado, disseminado, acessado, otimizado e avaliado. Portanto, este saber estratégico para a contemporaneidade, abre oportunidades ao IF Baiano para a expansão e consolidação da educação, ao mesmo tempo em que permite o questionamento do papel da Instituição, seu desempenho e compromissos sociais. Tais inquietações decorrem de vários fatores externos à Instituição, pautados numa sociedade que vivencia as novas tecnologias de comunicação e a descentralização do saber.

Assim, o IF Baiano propõe-se a instalar um modelo organizacional que contemple e fortaleça o relacionamento com a sociedade, ofertando e democratizando o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para o avanço científico e tecnológico do país e para a formação de profissionais, a fim de promover o desenvolvimento local e regional.

Mesmo considerando indissociáveis as ações concernentes ao ensino, à pesquisa e à extensão, faz-se imprescindível tratar, especificamente, cada eixo de atuação, objetivando demonstrar separadamente sobre quais pilares estarão estruturados o desenvolvimento das suas atividades.

2.11. RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano implementará ensino de qualidade, bem como a inclusão de jovens, adultos e pessoas com necessidades especiais, no universo da comunidade escolar, contando com a coparticipação de vários atores sociais, como entidades integrantes do setor privado, do terceiro setor, além de diversos segmentos da sociedade, com vistas ainda à maximização da relação custo-benefício, considerando todas as nuances e etapas do processo formativo.

A proposta pretende, ainda, fomentar total interação entre o IF Baiano e a sociedade, envolvendo os servidores docentes e técnico-administrativos, os alunos, os funcionários terceirizados que prestam serviços à Instituição e aos diversos segmentos sociais, para que sejam discutidas alternativas viáveis à construção de uma instituição mais ágil e reflexiva, que formule e implemente projetos de ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a sociedade, com o tempo presente e com as soluções almejadas, com vistas ao desenvolvimento econômico dos municípios de influência e demais regiões atendidas por esta Instituição.

O IF Baiano tem a sua criação notadamente marcada pela incorporação de grande responsabilidade, em função, primordialmente, da incumbência de agregar instituições de ensino que estão situadas em regiões que apresentam distintas realidades socioeconômicas no Estado da Bahia.

Para melhor entendimento da magnitude deste compromisso educacional, faz-se imprescindível vislumbrar as unidades agregadas, principalmente acerca dos aspectos peculiares de cunho geográfico, social e econômico nos diferentes nichos de atuação de cada *campus*.

Tal diversidade propicia a existência de diferentes realidades socioeconômicas e culturais, com a formação de um público alvo também com características distintas,

ensejando a constituição de comunidades internas, em que discentes e servidores trazem uma miscigenação de vivências salutar para a consecução dos objetivos formativos a que o *campus* se propõe.

Agregar as condições distintas de todas as regiões em que o *campus* se insere, abre a perspectiva para a necessidade de construção de um projeto pedagógico, primordialmente, inclusivo e participativo, que também proporcione o atendimento das exigências crescentes e dinâmicas do mundo do trabalho.

No âmbito interno de cada *campus*, serão implementadas políticas que contemplem aspectos como democratização de acesso, atendimento ao discente, estímulo à permanência do alunado, seguindo os itinerários de formação oferecidos, criação de apoio financeiro e pedagógico e política de acompanhamento de egressos.

Vale também ressaltar que, externamente, serão adotadas ações que enfatizem a responsabilidade social que o Instituto deve assumir perante as comunidades nas áreas de abrangência do campus, objetivando atingir determinados mecanismos de interação com o mundo do trabalho, relações de parcerias com empresas, organizações e instituições, que contribuam para a ampliação dos ambientes de realização de estágio dos discentes.

O processo de avaliação institucional será permanente para assegurar a efetiva responsabilidade social que este Instituto se propõe.

2.12. RELAÇÕES E PARCERIAS

O IF Baiano deve buscar estabelecer o desenvolvimento de parcerias, através de contratos e convênios com os diversos segmentos da sociedade, no âmbito regional, estadual, nacional e internacional, sejam eles de atuação congênere ou distinta, de forma a garantir uma ampla relação de intercâmbio educacional, técnico, científico e cultural. A integração do Instituto em empreendimentos, nas fases de concepção, implantação e operação, propicia-lhe fontes adicionais de recursos, junto a diferentes esferas do poder público e à iniciativa privada, de modo a garantir o cumprimento de sua missão, no que se refere à cooperação, no esforço em prol do desenvolvimento socioeconômico regional.

Tais relações devem pautar-se na busca intermitente da consolidação da responsabilidade do Instituto, de forma que, ao estabelecer relações de interação mútua com ambientes do mundo do trabalho e prática social, legitime as formações oferecidas, com ênfase nas vertentes principais de atuação: ensino, pesquisa e extensão.

A identidade do Instituto deve ser preservada e fortalecida quando do delineamento dos convênios e parcerias, observando-se a perfeita consonância com a legislação vigente,

com vistas a permitir a potencialização da consecução dos objetivos propostos para sua atuação. Estas relações devem, ainda, nortear-se em princípios como as Instituições Federais de Ensino Tecnológico estão vivenciando mudanças organizacionais importantes na maneira de gerir e desenvolver seu corpo de servidores, valorizando a qualificação permanente e integrada destes, potencializando suas competências e vinculando-as às metas institucionais. O IF Baiano deve estabelecer políticas e práticas que garantam transparência, simplicidade e flexibilidade nos processos de gestão, assegurando condições e recursos que favoreçam esse desenvolvimento.

Vale salientar a importância do papel dos servidores, sejam docentes, ou técnico-administrativos, para o desenvolvimento das metas institucionais, baseando-se na missão do IF Baiano, que deve ter, como foco principal, a gestão de pessoas, o desempenho profissional, a satisfação dos seus servidores e a qualidade dos serviços prestados pelo Instituto à sociedade.

3. POLÍTICAS DE ENSINO

A política de ensino do IF Baiano fundamenta-se na busca da excelência acadêmica, melhoria das condições do processo de ensino e aprendizagem, pluralidade, gratuidade do ensino e na gestão democrática. Esse processo se estenderá do rigor científico, à liberdade de pensamento e de expressão e à condição geradora de cultura a todos os segmentos sociais.

3.1. DIRETRIZES PARA O ENSINO

O Instituto Federal, Campus Santa Inês tem como diretrizes para o Ensino:

3.1.1 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: romper com a dualidade entre teoria e prática, dimensões indissociáveis para a educação integral. O princípio educativo não admite a separação entre as funções intelectuais e as técnicas e respalda uma concepção de formação profissional que unifique ciência, tecnologia, sociedade e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais, para construir, por sua vez, base sólida para a aquisição contínua e eficiente de conhecimentos.

3.1.2 Integração entre os saberes na dimensão multidisciplinar: firmar uma atitude de justaposição de conteúdos/disciplinas, atingindo-se o nível de integração de métodos, teorias e conhecimentos; e **interdisciplinar:** propiciar a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, contribuindo para conceber, conjuntamente, o conhecimento.

3.1.3 Impacto social: desenvolver uma atuação pedagógica voltada para a formação humana, buscando a superação das desigualdades e respeitando as diferenças, exclusão, contribuindo com a implementação de políticas públicas e o desenvolvimento local e regional.

3.1.4 *Relação dialógica com a sociedade:* articular os saberes acadêmico e popular, possibilitando a produção de conhecimento e o desenvolvimento de parcerias interinstitucionais.

3.1.5 *Verticalização do ensino:* permitir a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação.

3.1.6 *Inclusão social:* implementar processos educacionais de forma a contemplar a necessidade de abrangência social, como forma de inclusão de todas as demandas de formação.

3.1.7 *Desenvolvimento de competências profissionais:* formar indivíduos completos, imbuídos de valores éticos e políticos, que, com competência técnica, atuem, positivamente, no contexto social e ambiental; adaptando-se às mudanças e inovações, inclusive através da participação em estágio curricular nos diversos níveis formativos.

3.1.8 *Flexibilização curricular:* compreende uma relação de aprendizagem, articulada à pesquisa, à investigação implantando itinerários curriculares flexíveis, capazes de permitir a mobilidade acadêmica, que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis entre cursos/instituições federais na perspectiva de materializar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Deve ocorrer em conformidade com as diretrizes e orientações constantes deste documento e em estreita observação às características e especificidades de cada IES.

3.1.9 *Mobilidade:* permitir a troca de experiências acadêmicas e de integração aos diversos contextos e cenários, proporcionando uma visão mais abrangente de diferentes realidades, através de um intercâmbio pedagógico, científico, técnico, tecnológico, cultural e esportivo entre docentes, pesquisadores e discentes das instituições.

4. POLÍTICAS DE PESQUISA

A pesquisa propicia a aquisição de competências, o domínio de métodos analíticos, de múltiplos códigos de linguagens, possibilitando uma qualificação intelectual de natureza suficientemente ampla para constituir, por sua vez, base sólida para a construção contínua e

eficiente de conhecimentos. Além disto, busca formar um cidadão transformador, pautado nos princípios investigativos, questionador e crítico, podendo intervir na sociedade de forma mais contundente. Assim, a pesquisa do IF Baiano é concebida, como princípio pedagógico, e objetiva a indissociabilidade da mesma com o ensino e a extensão.

4.1. DIRETRIZES PARA A PESQUISA

O Instituto Federal, Campus Santa Inês tem como diretrizes para a Pesquisa:

- *Indissociabilidade entre pesquisa, ensino, e extensão*: estabelecer a pesquisa como prática pedagógica, integrada à extensão, atendendo às novas demandas da sociedade contemporânea, que exigem uma formação articulada, com a máxima organicidade, competência científica e técnica, inserção política e postura ética.
- *Inter/transdisciplinaridade*: priorizar um modelo que integre diversas áreas do conhecimento e diversos níveis de ensino.
- *Desenvolvimento local e regional*: fortalecer a produção e socialização do conhecimento científico, tecnológico e da responsabilidade ambiental, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, ao vincular as soluções para problemas reais com o conhecimento acadêmico.
- *Iniciação Científica*: possibilitar o desenvolvimento do espírito crítico e a criatividade, estimular a curiosidade investigativa, incentivar a participação e promoção de eventos científicos, tais como: simpósios, encontros e congressos, que permitam maior troca de informações entre aluno, professor e sociedade.
- *Movimento em rede*: criar e manter bancos de dados com o perfil dos pesquisadores do campus, o histórico do seu trabalho, bem como a infra-estrutura disponível nesta Instituição (laboratórios, criações e demais recursos) para a promoção, fomento e divulgação das pesquisas realizadas ou em andamento por docentes e discentes dos Institutos Federais.
- *Responsabilidade socioambiental*: realizar projetos de pesquisa que permitam a preservação ambiental e o desenvolvimento social como imprescindíveis à consolidação de novas tecnologias, priorizando uma abordagem transdisciplinar dos temas propostos.
- *Apoio de fomento à pesquisa*: estabelecer parcerias institucionais, com organizações públicas e privadas, visando ao fomento à pesquisa, com efetiva contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico.

- *Inovação Tecnológica*: desenvolver pesquisa que promova a introdução de novidades tecnológicas ou aperfeiçoamento do ambiente produtivo, social e educacional, que resulte em novos produtos, processos ou serviços, comprometida com o arranjo produtivo, social e cultural local.
- *Formação permanente*: destinar espaços para reflexões, debates, e trocas de experiências pelos acadêmicos sobre prática pedagógica, desafios das políticas públicas educacionais, articulando com a sua prática profissional e vivência na sociedade.
- *Participação em eventos de natureza científica*: estimular a participação de docentes, técnico-administrativos e discentes com apresentação de trabalhos resultantes de projetos de ensino, pesquisa e extensão, em eventos científicos realizados no país e no exterior.
- *Promoção de eventos técnico-científicos*: organizar eventos relacionados à ciência, tecnologia e inovação, destinados ao intercâmbio do conhecimento e de experiências entre pesquisadores e a divulgação dos resultados de seus trabalhos, cuja realização ocorra no âmbito estadual. (Categoria I: Eventos de intercâmbio técnico-científico (congressos, simpósios, colóquios Categoria II: Eventos de atualização do conhecimento técnico-científico (workshops, seminários, encontros de estudos, encontros de iniciação científica).
- *Relevância social*: considerar a contribuição deste Projeto Político Pedagógico na resolução dos problemas sociais e sua inserção a serviço da construção de outro projeto de nação. Com isto, desenvolver e incentivar atividades de pesquisas e extensão que contribuam em prol da comunidade visando satisfazer necessidades e resolver problemas reais.
- *Valorização local*: ser um veículo democrático, aberto à participação local e que estude/fale e valorize a realidade e potencialidade da região. Com isto, idealizar projetos no sentido de fortalecer atividades sem perspectivas na região; bem como a pouca produtividade e a exploração inadequada dos recursos existentes no município. Elaborar inventários; criar e fortalecer fóruns municipais e os vínculos dos jovens com a sua comunidade e estimular o exercício da cidadania e a participação política.
- *Estímulo à reflexão sobre novos conhecimentos*: incentivar projetos editoriais que estimulem a produção e a circulação de pesquisas sobre os ramos específicos de cada curso. Ampliar os programas voltados à realização de seminários, à publicação de livros e

revistas e uso da mídia, à internet e outros canais de comunicação para a produção e a difusão dos conhecimentos específicos de cada ramo do saber.

5. POLÍTICAS DE EXTENSÃO

Quando a extensão não é apenas percebida e idealizada pela etimologia da palavra “saída” – transferência de informações específicas para a sociedade – torna-se unitária e indissolúvel ao ensino e à pesquisa. As novas demandas da sociedade contemporânea exigem uma formação que articule extensão, com a máxima organicidade e competência científica e técnica, observando também a inserção política, a postura ética e cultural.

O IF Baiano compreende que a extensão vislumbra a necessidade de ação relacional e de diálogo com a sociedade, enfatizando demandas sociais, compactuando com um modelo incluyente, para o qual o desenvolvimento deve ser igualitário, centrado no princípio da cidadania como patrimônio universal, de modo que todos os cidadãos possam compartilhar do desenvolvimento científico e tecnológico, para cumprimento de seu papel social.

A extensão deverá se orientar não só pelos desafios tecnológicos, mas também pela questão ética que diz respeito à amplitude da existência humana. Assim, parece fundamental que a essas atividades e ações, se busque o equilíbrio entre vocação técnico-científica e vocação humanística. Nesta intersecção, reside o amplo papel de instituição promotora de cultura.

Desse modo, a indissociabilidade entre os três eixos (ensino, pesquisa e extensão) acontecerá quando as atividades de extensão forem entendidas e praticadas como princípio educativo.

5.1. DIRETRIZES PARA A EXTENSÃO

O Instituto Federal - Campus Santa Inês tem como diretrizes para a Extensão:

- *Indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino*: estabelecer a extensão como prática pedagógica, integrada à pesquisa e ao ensino, atendendo às novas demandas da sociedade contemporânea, que exigem uma formação articulada, com a máxima organicidade, competências científicas e técnicas, inserção política e postura ética.

- *Inter/transdisciplinaridade*: priorizar um modelo que integre diversas áreas do conhecimento e diversos níveis de ensino, incentivando a criação e manutenção de grupos de estudo específicos.

- *Promoção da cidadania e responsabilidade socioambiental:* desenvolver ações e projetos de extensão, atuando nas dimensões social, cultural, política, ambiental e econômica, que priorizem o combate da exclusão social, propiciando a conquista da cidadania e a percepção do meio ambiente, como patrimônio natural e cultural da humanidade.
- *Desenvolvimento local e regional:* fomentar ações que objetivam a inclusão da população na cadeia produtiva, gerando emprego-renda e produção de conhecimento, atuando de forma decisiva para transformação da sociedade, respeitando as peculiaridades e potencialidades de cada região.
- *Responsabilidade socioambiental:* garantir que as ações e projetos de extensão possibilitem a preservação ambiental e o desenvolvimento social, priorizando uma abordagem transdisciplinar das atividades.
- *Difusão de conhecimentos:* promover atividades e eventos para a troca de conhecimentos científicos, técnicos, experienciais e outros, trazendo contribuições fundamentais para o aprimoramento da comunidade interna e externa.
- *Capacitação técnica, operativa e instrumental:* capacitar pessoas, propiciando maiores oportunidades de inserção ao mundo do trabalho (formal ou informal).
- *Assessoria Técnica e Extensão Rural:* articular atividades de extensão voltadas para a assessoria técnica e extensão rural, priorizando o pequeno produtor, resultando em contribuição para a produção e desenvolvimento rural na região.

5.2. ARTE E CULTURA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL

Promover ações que estimulem o desenvolvimento e a valorização da arte e da cultura nas mais diferentes formas, com vistas à consolidação das identidades regionais e na sua afirmação frente às outras culturas e povos.

6. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O IF Baiano, responsável por oferecer ensino público, gratuito e de qualidade, atua em diferentes níveis e modalidades da educação, objetivando voltar-se para a criação de condições favoráveis ao acesso, formação, bem estar e permanência do corpo discente no Instituto.

6.1. FORMAS DE ACESSO

O candidato, para ingressar no IF Baiano, deverá submeter-se a um processo

seletivo específico publicado através de Edital, para os cursos técnicos integrados, concomitante, na modalidade subsequente, na modalidade PROEJA e para os cursos superiores, através da aprovação no ENEM e classificação no SISU.

6.2. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Pensar e realizar a inclusão escolar requer muito mais do que uma abertura à entrada das pessoas com necessidades educativas especiais na escola. Também se faz pertinente que se promovam situações educativas em que os estudantes com deficiência tenham acesso ao currículo, através de recursos pessoais, de materiais específicos e de medidas de acesso físico à escola e às suas dependências.

Nesse contexto, a escola deve assumir que as pessoas aprendem de forma diferente e em diferentes tempos e situações, questionando o paradigma da homogeneidade. Se na escola os grupos de estudantes caracterizam-se pela heterogeneidade, no ensino e na sua organização, devem-se respeitar e combinar ao máximo os objetivos e processos comuns a cada grupo sociocultural, atendendo às suas características individuais (características mentais, neuromotoras e físicas; habilidades sensoriais e sociais; desvantagens múltiplas e superdotação).

Estas são exigências não só educativas mas éticas, pois requerem a superação dos estigmas, dos preconceitos e da indiferença frente às pessoas com necessidades educativas especiais. São exigências políticas, porque se fundamentam na construção de consciência coletiva de que todos, mesmo sendo diferentes, têm direitos a ter acesso à formação e cultura.

Para tanto, o Instituto deverá direcionar esforços para identificar e modificar as condições arquitetônicas da Instituição para o acesso e permanência dos educandos com necessidades educativas especiais, sensibilizar os servidores, de forma contínua e permanente, acerca da importância de inclusão, estimulando a participação dos mesmos em cursos de capacitação/qualificação sobre formas de inclusão e elaborar projetos que ampliem e inovem o atendimento desse público.

6.3. PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO / ESTÍMULO À PERMANÊNCIA

O IF Baiano, como diretriz institucional, deverá garantir políticas de permanência do aluno, tanto em termos pedagógicos, quanto em termos socioeconômicos, no que se refere ao sistema de residência, alimentação e auxílio financeiro, através do programa de monitoria

para estudantes, preferencialmente carentes, de acordo com regulamento próprio e processo seletivo divulgado através de edital que poderão ser implementados a depender de disponibilidade orçamentária. Além desses, poderão ainda ser proporcionados programas para atendimento aos estudantes com dificuldade de aprendizagem e/ou adaptação escolar.

O atendimento/acompanhamento pedagógico às turmas e aos estudantes de forma individualizada possui como objetivo o desenvolvimento harmonioso e equilibrado em todos os aspectos – físico, mental, emocional, moral, estético, político, educacional e profissional. Para tanto serão direcionados esforços no sentido de proporcionar ao estudante, atividades para integração ao grupo no qual está inserido; criar e promover a ambientalização dos espaços coletivos de convivência; possibilitar ao estudante, consciência de suas escolhas e decisões profissionais que serão trabalhadas, tanto individuais, como coletivamente; interagir com a família, possibilitando um desenvolvimento pleno do educando; avaliar, entender e/ou encaminhar estudantes envolvidos em situações de conflito, ou com problemas que interfiram direta ou indiretamente no seu desenvolvimento escolar.

6.4. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

Deve ter como objetivo estreitar o relacionamento do IF Baiano e seus ex-alunos, através das organizações de egressos dos cursos técnicos ou de graduação, desencadeando ações de aproximação, contato direto ou permanente, com formas de comunicação possíveis e viáveis, como a criação de um banco de dados.

Essa diretriz expressa o compromisso do Instituto com o seu egresso, numa relação de mão dupla, mantendo-os informados sobre sua área de formação, informações técnico-científicas, eventos (jornadas, seminários, congressos, cursos de atualização, etc.), atividades de formação continuada, pós-graduação, contatos com a Instituição e egressos, representando o *feedback* do desempenho acadêmico institucional por sua atuação no mercado.

7. POLÍTICA E DIRETRIZES PARA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-PEDAGÓGICA

7.1. PRINCÍPIOS DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A construção do projeto pedagógico dos cursos assume um papel de importância substantiva, na medida em que o Instituto deseja formar pessoas capazes de compreender as realidades do mundo, contextualizando-as de forma adequada; de refletir, com rigor e de

maneira integrada, sobre os diferentes contextos; de promover a crítica e de agir sobre as especificidades locais, sem perder a dimensão do global. Diante do exposto, necessário se faz a observância às diretrizes inerentes ao projeto pedagógico de cada curso.

O IF Baiano reconhece, então, a importância de implementar, de modo sistemático, sua proposta pedagógica a partir de alguns elementos: a definição de princípios e objetivos do processo de aprendizagem; a revisão das concepções de currículo; a integração dos sujeitos envolvidos nesse processo; e a articulação orgânica com as demandas do contexto histórico-social. A estrutura curricular deve proporcionar, em todos os níveis, condições que assegurem o conhecimento específico correspondente a cada área, e o conhecimento conexo, relativo aos campos complementares que compõem a realidade da vida social. Isto quer dizer que o currículo deve viabilizar uma formação qualificada do campo específico de atuação profissional e o preparo para a compreensão dos desafios da sociedade, na condição de cidadãos. Desse modo, caminha-se rumo a um ensino de qualidade, articulado à extensão e à pesquisa.

7.2. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A metodologia, pertinente e adequada à consecução dos objetivos traçados no processo de aprendizagem, fundamenta-se essencialmente: em teorias educacionais inovadoras e de integração; no processo de avaliação contínua, entendendo o ato avaliativo como um instrumento de construção; na aprendizagem orientada no sentido de qualificar pessoas capazes de compreender a complexa realidade mundial; na reflexão de modo integrado, sobre os diversos contextos; no aprendizado ativo destinado a conquistar conhecimento específico, estabelecer associações, articulações pertinentes e adequadas. Ainda no concernente à metodologia, cabe salientar a importância da relação professor e aluno, orientada no sentido de proporcionar o desenvolvimento de habilidades para intervir no contexto em que vive. Isto exige diálogo constante e debate efetivo, respeitadas as peculiaridades intelectuais e culturais de docentes e estudantes;

As práticas pedagógicas inovadoras fundamentam-se no princípio de que os saberes docentes se fazem e ampliam-se num processo dialógico, catalisando experiências que congreguem o conhecimento de forma contextualizada, além das práticas centradas em estratégias comumente utilizadas no campo didático-pedagógico, buscando as de cunho inovador, e que se adéquem às especificidades das modalidades formativas oferecidas pelo Instituto.

7.3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação terá caráter formativo, processual e contínuo, preponderando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, contribuindo para a construção do conhecimento do aluno e de sua autonomia intelectual, tendo como base a concepção de que a avaliação acolhe uma situação, para, a partir dela, ajuizar a sua qualidade, com o objetivo de oferecer suporte de reflexão e mudança. Como ato diagnóstico, tem como fundamentação a inclusão, a partir da avaliação de atos, situações, pessoas, proporcionando a tomada de decisão, no sentido de criar condições para obtenção de um melhor rendimento daquilo que se esteja buscando ou construindo.

Dessa forma, o desenvolvimento de aprendizagem com qualidade que o IF Baiano pretende, exige conceber a avaliação como um elemento de reflexão e redimensionamento das ações efetivadas, construída na conflitualidade de ideias e argumentos entre os sujeitos envolvidos no processo, ou seja, o que se busca é a identificação do estágio de compreensão e apropriação do saber pelo educando, a fim de intervir nos fatores que determinam possíveis dificuldades com vistas à adoção de estratégias de ação para a superação das problemáticas detectadas, possibilitando, desse modo, uma formação profissional, que tem a dimensão da formação humana como um de seus pilares.

A partir da colaboração de Luckesi (1995), alguns pontos importantes podem ser considerados no desvendamento das funções da avaliação, que tem como eixo central a criação de base para tomadas de decisão. Para esse autor, a avaliação tem as seguintes características:

- *Propiciar a autocompreensão*, tanto do educando quanto do educador, na medida em que, de ambas as partes, limites e possibilidades são desvendados e pode-se permitir lançar um olhar mais acolhedor para as possibilidades de aprendizagem, bem como para as possibilidades dos educandos. Isso implica em refletir de que forma se entende o erro, o dos professores e o dos educandos, no processo de ensino e aprendizagem.

- *Auxiliar e aprofundar a aprendizagem*: na prática da avaliação da aprendizagem, as atividades devem possibilitar a manifestação ao educador e ao próprio educando, da qualidade possível da aprendizagem, mas possibilitam, ao mesmo tempo, o aprofundamento da mesma. Auxiliam, na medida em que, atento às necessidades dos educandos, guiado pela perspectiva do seu crescimento e superação dos obstáculos que porventura se apresentem à medida que se detectam suas potencialidades, viabilizam-se a construção de outros saberes por parte do sujeito aprendiz.

- *Fornecer bases para o planejamento*, permitindo, inclusive, que se ajustem desde as políticas e práticas curriculares e o fazer pedagógico do professor na sala de aula, como é o caso deste documento;

Ressalta-se que é nas relações cotidianas entre professor e estudante, que se dá a aprendizagem. Dessa interação surgirão condições mais efetivas para que ambos possam ser capazes de avaliar a si mesmos e as aprendizagens em questão, tomando decisões quanto ao prosseguimento do processo ensino e aprendizagem. A avaliação se insere nas relações dinâmicas de sala de aula, configurando-se nas decisões que devem ser tomadas e na reorientação do processo de ensino e aprendizagem.

Para que isso ocorra, o professor precisa estar frequentemente atento às alterações de comportamento dos estudantes, buscando um clima favorável à construção e participação de todos, onde estes não se sintam reprimidos e possam manifestar suas dúvidas, inquietações e incompreensões quanto ao que está sendo aprendido. Inclusive, que tenham pleno conhecimento do como serão avaliados, através de que instrumentos e a partir de que critérios.

Professores e estudantes, enquanto parceiros na dinâmica do ensino e da aprendizagem, devem participar de todo o processo de avaliação. Nesse sentido, não devem estar em julgamento apenas o grau de aprendizagem alcançado pelo educando, mas também, muitos outros aspectos relacionados à atitude do professor, da instituição, etc., pois a avaliação, só é verdadeiramente eficiente, se ocorrer de forma interativa, entre professor e educando. Essa avaliação precisa se alicerçar em objetivos e critérios claros, simples, precisos, que conduzam à melhoria da aprendizagem e do currículo.

Nessa perspectiva, a avaliação não deve ater-se apenas ao juízo que o professor estabelece do educando, mas também da própria atividade do professor, conteúdos, metodologia, etc., bem como atuação da instituição frente à operacionalização do seu projeto pedagógico.

Assim, os resultados e sua análise, em especial do processo de ensino e de aprendizagem, devem ser conhecidos, não só pelo professor, mas, também, por todos os educandos. Devem ser discutidos e repensados para cumprir sua finalidade de reorientação dos processos de aprendizagem, tanto individualmente (cada educando), como em grupo (toda a classe), quando se fizer necessário.

Como processo, a avaliação deve apresentar características de continuidade, processual e diagnóstica, coerente com a forma de ensinar. Nesse sentido é dinâmica,

contínua e integrada, – é progressiva, voltada para a aprendizagem, – é abrangente, não trabalha apenas com aspectos do aprendizado do conteúdo cognitivo, incluindo o procedimental e atitudinal.

Os instrumentos de avaliação quais sejam (provas, exercícios, registro de observações, seminários, trabalhos em grupo, etc.):

- Estabelecem uma relação adequada entre o instrumento escolhido (provas, exercícios etc.) e os conteúdos envolvidos de forma interdisciplinar, pois não se pode pretender que o educando manifeste uma aprendizagem que não foi proposta, compatibilizando-se as habilidades exigidas, no instrumento de avaliação, com as habilidades desenvolvidas.

- Compatibilizam os níveis de dificuldade do que está sendo avaliado, com os níveis de dificuldade do que foi construído em relação aos objetivos propostos nos Programas de Aprendizagem. Afinal, o instrumento de avaliação deve ser compatível, em termos de dificuldade, com o proposto pelo planejamento e mediado pelo docente.

- Devem ser elaborados com clareza e objetividade, usando uma linguagem clara e compreensível. Para responder ao que é pedido, o educando precisa saber com clareza o que está sendo solicitado.

- Além de avaliar, ajudam na construção do conhecimento seja pela demonstração da essencialidade dos conteúdos e sua interrelação, seja pelos exercícios inteligentes, ou aprofundamentos cognitivos propostos.

E o que fazer com os resultados? Este é o momento crucial para se desencadear uma série de reflexões junto aos pares (outros docentes e estudantes), a fim de que compreendam o processo/estágio pessoal de construção dos conhecimentos. É importante a devolução dos instrumentos de avaliação pelo professor, abrindo espaço para uma relação dialógica e construtiva, viabilizando e colocando-se à disposição do educando, para um possível redirecionamento do aprendizado, caso se faça necessário.

7.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, definidas em cada curso, são representadas por seminários de atualização ou de complementação, projetos integrados, projetos de extensão, programas de iniciação científica, participação em congressos e outros eventos que asseguram a interdisciplinaridade e a articulação do Instituto com o mundo do trabalho;

7.5. ESTÁGIO E PRÁTICA PROFISSIONAL

O estágio e a prática profissional são considerados importantes, pois aperfeiçoam o processo de aprendizagem através da aproximação dos conhecimentos acadêmicos e o mundo do trabalho. Nesse cenário, se faz necessária a incorporação de um processo avaliativo, cuja concepção garanta a afirmação dos valores contidos no projeto;

- A responsabilidade social é, por definição, um elemento intrínseco à formulação própria de seu projeto educacional. De fato, a responsabilidade social nas escolas é entendida como um modo de imprimir à gestão institucional um caráter de parceria, de corresponsabilidade pelo desenvolvimento social e regional.

Essa é a concepção do IF Baiano sobre o assunto, o que leva a ouvir os diferentes atores envolvidos (dirigentes, servidores, alunos e prestadores de serviços) e incorporar suas manifestações no planejamento das atividades, dentro dos limites institucionais e no estrito cumprimento das funções para as quais foi criado. Não se pode abdicar dos projetos políticos pedagógicos que têm, na qualidade e na adequação, questões obrigatórias. Nesse sentido, é importante tratar o tema da responsabilidade social avaliando os conteúdos curriculares dos cursos e o impacto do projeto educacional na vida das pessoas e da comunidade. A responsabilidade social e sua ampla interação com a construção do projeto educacional, se cumprida de forma adequada e correta, promoverá a inserção regional do IF Baiano, na medida em que as diretrizes curriculares adotadas se comprometem com a realidade do meio e as demandas do contexto histórico-social.

7.6. PRODUÇÃO ACADÊMICA, TECNOLÓGICA E CULTURAL

O IF Baiano deve estar focado em sua atividade principal – ensino – e visa, permanentemente, à melhoria de qualidade na execução da prática didático-pedagógica, produção, pesquisa e extensão, para que seu papel social seja cada vez mais significativo. Assim, é relevante que no processo de ensino e aprendizagem, a teoria esteja aliada à prática, na perspectiva de formar futuros profissionais capacitados e habilitados em aplicar as técnicas e tecnologias, atendendo à demanda de acordo com sua especialidade no mundo do trabalho.

É dentro desse enfoque que o IF Baiano irá desenvolver e incentivar seus discentes e servidores a realizarem produção de cunho técnico, científico, tecnológico, cultural e social. Essas produções e ações divulgadas em diversos meios de comunicação e apresentada em vários eventos locais, regionais e nacionais possibilitam um crescimento dos envolvidos em diversos aspectos, além de proporcionar uma visão da importância da

pesquisa e sua aplicabilidade. Como forma de divulgar essa produção, serão criados mecanismos que proporcionem a publicação de obras de temática científica, tecnológica ou cultural, possibilitando cooperação entre o *campus* e/ou outras instituições de ensino, de pesquisa e culturais, através das mais diversas mídias.

8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional, criada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), aprovada com a Lei nº 10.861, de 2004, abrange diferentes dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão da Instituição. O IF Baiano considera ser esse um processo contínuo para o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão das instituições e da prestação de contas à sociedade.

O processo de avaliação institucional do IF Baiano terá como objetivos centrais:

- Implantar um processo contínuo de autoavaliação que possibilite conhecer suas potencialidades e dificuldades, visando à melhoria da qualidade no desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.
- Promover e difundir uma cultura de avaliação permanente que permita planejar e redirecionar as ações do IF Baiano.
- Analisar a eficiência, a efetividade e a relevância social e científica dos programas e projetos institucionais.
- Desencadear um processo de autoavaliação coletivo, estimulando a interrelação entre todos os atores envolvidos (servidores, discentes, egressos e entorno social), rumo ao constante aprimoramento do desempenho institucional.

Para que tais objetivos sejam atingidos, o IF Baiano constituirá uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), a qual deverá analisar inicialmente o Roteiro de Autoavaliação Institucional do SINAES. Nessa análise, devem-se especificar os procedimentos a serem adotados com o objetivo de atender às suas diversas dimensões, principalmente no que concerne à grande diversidade de documentos e de dados a serem pesquisados, e à necessidade de realização de algum estudo mais aprofundado a partir dessas informações.

8.1. AUTOAVALIAÇÃO

Sob o lema “Avaliar para aperfeiçoar”, a CPA do IF Baiano realizará o processo de autoavaliação institucional que será incorporado no Relatório Final de Autoavaliação, a ser encaminhado para o MEC.

A CPA desenvolverá significativo esforço na avaliação do conjunto de suas atividades, buscando sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância de um

processo efetivamente participativo que envolva a Instituição como um todo. Isso será feito por meio da divulgação nas mais diversas mídias.

Como instrumento de avaliação, utilizar-se-á de questionários específicos, os quais devem guardar a não identificação do informante. A ação da CPA se assentará em três pilares principais: a avaliação da instituição, a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação do desempenho dos estudantes. Seguem abaixo as dimensões a serem avaliadas:

- **Ensino:** as políticas para o ensino, a estrutura curricular dos cursos de graduação; a orientação acadêmica; o regime didático; o sistema de controle acadêmico; a coordenação dos cursos de graduação e as disciplinas.
- **Pesquisa:** a oportunidade de participação nos projetos, a sua relevância social e científica.
- **Extensão:** a relevância social, educacional e econômica das atividades; as prioridades estabelecidas; sua interação com o currículo de graduação; os serviços prestados à comunidade e as atividades culturais e de esporte e lazer.
- **Responsabilidade social:** a participação do IF Baiano no desenvolvimento econômico, social e ambiental da região; sua contribuição para a promoção da cidadania e para a inclusão social.
- **Comunicação com a sociedade:** a imagem externa da instituição e os meios de comunicação externa.
- **Política de pessoal e de carreiras dos servidores:** gestão de pessoas (cursos, treinamentos, capacitação, o plano de carreira, assiduidade e atuação); a relação entre o trabalho existente no setor e a força de trabalho para executá-los; o relacionamento com os colegas de trabalho; a preparação para a aposentadoria e a escolha de dirigentes em todos os níveis da administração.
- **Organização e gestão da instituição:** o processo de tramitação de documentos e solicitação de serviços; disponibilidade de recursos humanos; financeiros; didáticos e equipamentos; processo de compras.
- **Infraestrutura física:** os espaços de convivência; o ambiente e instalações das salas de aulas; as condições e instalações de laboratórios didáticos; os recursos e serviços computacionais prestados; as condições e recursos materiais; o acervo e condições de funcionamento da biblioteca; os recursos audiovisuais disponíveis para o ensino; o

atendimento prestado aos portadores de necessidades especiais; a conservação e limpeza; os serviços de conservação de edificações e infraestrutura; os serviços de segurança patrimonial e comunitária; o controle de entrada de pessoas no *campus*; os serviços prestados pelas cantinas e lanchonetes; a qualidade do trânsito de veículos no *campus* e o acesso ao *campus*.

- **Planejamento, especificamente em relação aos processos:** a participação da comunidade no processo de planejamento institucional.

- **Política de atendimento ao discente:** os procedimentos de recepção de novos alunos; os serviços de bolsas (moradias, alimentação e atividades de estágios); o atendimento no refeitório; a qualidade das refeições; os serviços de alojamento; os serviços prestados pela divisão de saúde; os serviços de apoio e orientação psicossocial e o acompanhamento de egressos.

- **Sustentabilidade financeira:** a eficiência da aplicação de recursos financeiros; alocação de recursos orçamentários e a captação de recursos externos pelo IF Baiano.

Diante de todos esses instrumentos avaliativos e auto-avaliativos, o IF Baiano pretende alcançar a qualidade e eficiência no ensino, na pesquisa e na extensão, cumprindo sua missão institucional.